Estratégia
OAB

4º SIMULADO DE 2ª FASE

OAB

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prático-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
instagram.com/estratégia OAB

ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp,* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Município Bom Lugar, representado pela Prefeita Francisca Chica, celebrou contrato administrativo com a empresa Fachada Materiais Escolares Ltda, cujo objeto contratual era o fornecimento de material escolar para toda a rede pública municipal de ensino, por prazo indeterminado.

Pedro Silva, cidadão do Município Bom Lugar, ficou sabendo que a empresa contratada tinha como sócio majoritário Maurício Júnior, filho do companheiro da Prefeita e que o contrato foi celebrado sem a realização de prévio procedimento licitatório e apresentou valor de quatro milhões de reais anuais.

Inconformado com a situação Pedro decidiu por bem ingressar com Ação Popular no Juízo Cível da Comarca Bom Lugar a fim de questionar o contrato administrativo celebrado, tendo obtido sentença de total improcedência em primeiro grau de jurisdição, sob os seguintes fundamentos:

a) que não há qualquer vedação legal para a contratação da empresa Fachada Materiais Escolares Ltda;

b) que é perfeitamente possível a dispensa de licitação para contratação de materiais escolares dada a importância do objeto;

c) e que não restou comprovada qualquer lesividade ao Município Bom Lugar decorrente da contratação, uma vez que os materiais escolares vem sendo entregues regularmente.

Como advogado(a) de Pedro, considerando que a sentença não padece de qualquer omissão, contradição ou obscuridade, elabore a peça adequada à defesa dos interesses de seu cliente, apresentando os fundamentos jurídicos aplicáveis ao caso.

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

Estratégia OAB

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

Estratégia OAB

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

Estratégia OAB

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

Estratégia OAB

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

Estratégia OAB

QUESTÃO 1

O Município Paraíso realizou certame licitatório a fim de contratar empresa especializada para a implantação de um sistema de esgotamento sanitário. Para angariar recursos, o município celebrou com a União um convênio. Ficou acordado que a União repassaria os valores e o município ficaria encarregando de promover a licitação e a contratação da empresa responsável pelas obras de saneamento.

Foram recebidas várias denúncias de favorecimento da sociedade empresária Sani Ltda, que ao final do certame foi sagrada vencedora.

O Ministério Público investigou e ficou comprovado o direcionamento da licitação para favorecer a sociedade empresária Sani Ltda, que tem como sócio o amigo de infância do prefeito. Fora realizada perícia no orçamento e identificou-se superfaturamento no preço contratado.

Com base nesses fatos, responda às questões a seguir.

a) O direcionamento da licitação constitui hipótese de lesão ao erário? Restou configurando ato de improbidade administrativa? Fundamente sua resposta.

b) Competirá ao Tribunal de Contas da União fiscalizar o emprego dos recursos em questão?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB

QUESTÃO 2

Alexandre foi contratado de forma temporária e sem a realização de concurso público para exercer o cargo de professor substituto na Escola Estadual Bom Saber, em decorrência do grande número de professores do quadro permanente em gozo de licença. Alexandre realizou apenas um teste seletivo.

A contratação foi objeto de prorrogação, de modo que Alexandre permaneceu em exercício por mais três anos, período durante o qual recebeu muitos elogios. Em razão disso, alunos, pais e colegas de trabalho levaram à direção da autarquia o pedido de criação de um cargo em comissão de professor, para que Alexandre fosse nomeado para ocupá-lo e continuasse a ali lecionar.

a) Alexandre poderia ter sido contratado sem a observância do concurso público?

b) É adequada a criação de um cargo em comissão para que Alexandre prolongue suas atividades como professor na entidade administrativa, diante do justificado interesse público?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB

QUESTÃO 3

O poder público, com fundamento na Lei nº 8.987/1995, pretende conceder à iniciativa privada uma rodovia que liga dois grandes centros urbanos. O edital, publicado em maio de 2018, previu a duplicação das pistas e a obrigação de o futuro concessionário desapropriar os terrenos necessários à ampliação. Por se tratar de projeto antigo, o poder concedente já havia declarado, em janeiro de 2011, a utilidade pública das áreas a serem desapropriadas no âmbito do futuro contrato de concessão.

Diante dessa situação hipotética, responda aos itens a seguir.

a) O ônus das desapropriações necessárias à duplicação da rodovia pode ser do futuro concessionário? Fundamente sua resposta.

b) É válido o decreto de 2011 que declarou a utilidade pública das áreas a serem desapropriadas?

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB

QUESTÃO 4

Carlos, ex-funcionário da sociedade empresária Topa Tudo S.A, realizou uma denúncia acompanhada de farta documentação (recibos, transferências bancárias, anotações manuscritas etc.) aduzindo que a referida empresa participou de esquema para fraudar licitações no âmbito da Administração Estadual.

A empresa Topa Tudo S.A se propôs a celebrar acordo de leniência e colaborar nas investigações, permitindo a identificação de outras empresas envolvidas e fornecendo provas capazes de acelerar a apuração do ilícito.

Com base na situação hipotética acima apresentada, responda, de forma fundamentada, às seguintes indagações.

a) Ao celebrar o acordo de leniência, a Administração Pública poderá isentar a empresa das penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos?

b) Outras empresas do mesmo grupo econômico se beneficiam de eventual acordo de leniência firmado? Fundamente sua resposta.

Estratégia OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Estratégia OAB